

# Filosofia do Direito Internacional

2017

Thomas da Rosa Bustamante  
Fabrício Bertini Pasquot Polido  
(Orgs.)

**FILOSOFIA DO DIREITO INTERNACIONAL**

© Almedina, 2018

**AUTOR:** Thomas da Rosa Bustamante e Fabrício Bertini Pasquot Polido

**DIAGRAMAÇÃO:** Almedina

**DESIGN DE CAPA:** FBA

**ISBN:** 978-858-49-3209-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Filosofia do direito internacional / Thomas da  
Rosa Bustamante, Fabrício Bertini Pasquot  
Polido, (orgs.). – São Paulo : Almedina, 2018.  
Vários autores.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-8493-209-2

I. Direito - Filosofia 2. Direito internacional  
I. Bustamante, Thomas da Rosa. II. Polido, Fabrício  
Bertini Pasquot.

18-12777 CDU-340.12

---

Índices para catálogo sistemático:  
1. Direito : Filosofia 340.12

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Fevereiro, 2016

**EDITORA:** Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### BASES DO PENSAMENTO JUSFILOSÓFICO INTERNACIONAL

#### CAPÍTULO 1

A JURIDICIDADE E A AUTORIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL: REVISITANDO AS PROPOSTAS TEÓRICAS POSITIVISTAS DE HART E Kelsen .....	27
---	----

1. INTRODUÇÃO METODOLÓGICA.....	27
2. O PENSAMENTO JUSFILOSÓFICO INTERNACIONAL DE HERBERT HART .....	28
3. O PENSAMENTO JUSFILOSÓFICO INTERNACIONAL DE HANS Kelsen .....	37
4. DIÁLOGO ENTRE HART E Kelsen .....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
6. REFERÊNCIAS .....	46

#### CAPÍTULO 2

A NEGLIGÊNCIA DA FILOSOFIA DO DIREITO INTERNACIONAL E A EMERGÊNCIA DO PLURALISMO JURÍDICO .....	49
--	----

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	49
2. O PROBLEMA DA NEGLIGÊNCIA DA FILOSOFIA DO DIREITO QUANTO DO DIREITO INTERNACIONAL.....	50
3. HART E O CUSTO DE OPORTUNIDADE DE SUA ANÁLISE DO DIREITO INTERNACIONAL .....	53

4. O DESAFIO REALISTA ENFRENTADO POR BUCHANAN E GOLOVE: RESPOSTA QUE PASSA PELA EXPANSÃO GLOBAL DOS DIREITOS HUMANOS .....	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	66
6. REFERÊNCIAS .....	67

### CAPÍTULO 3

RELEITURAS SOBRE A NARRATIVA HISTÓRICA E FILOSOFIA DO DIREITO INTERNACIONAL: À PAZ PERPÉTUA DE KANT.....	69
---	----

1. INTRODUÇÃO.....	69
2. DA DISTINÇÃO ENTRE LIBERDADE E NATUREZA À METAFÍSICA DA MORAL. ....	71
3. A FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE KANT.....	74
4. À PAZ PERPÉTUA.....	78
5. SOBRE A GARANTIA DA PAZ PERPÉTUA.....	88
6. CONCLUSÃO.....	92
7. REFERÊNCIAS: .....	92

## PARTE 2

### PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA FILOSOFIA DO DIREITO INTERNACIONAL

### CAPÍTULO 4

REALISMO, ESCOLHA RACIONAL E INTEGRIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL: uma análise do caso <i>Jurisdictional Immunities of the State</i> julgado pela Corte Internacional de Justiça ..	97
CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	97
1 A TEORIA REALISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	99
2. TEORIA DA INTEGRIDADE E A TESE DWORKINIANA .....	108
3. STATE CENTERED RATIONAL CHOICE THEORY .....	110
4. CASO EM ANÁLISE: <i>JURISDICTIONAL IMMUNITIES OF THE STATE</i> ( <i>GERMANY V. ITALY: GREECE INTERVENING</i> ).....	113
5. APLICAÇÃO DA TEORIA DA INTEGRIDADE E DA <i>STATE CENTERED RATIONAL CHOICE THEORY</i> AO CASO EM ANÁLISE. ....	115
6. NOTAS CONCLUSIVAS.....	125
REFERÊNCIAS .....	126

**CAPÍTULO 5****A FILOSOFIA DO DIREITO INTERNACIONAL  
NÃO ESCRITA POR RONALD DWORKIN**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	129
1. DWORKIN E O LIBERALISMO DEMOCRÁTICO .....	130
2. DWORKIN E O COMUNITARISMO .....	134
3. A CONCEPÇÃO DE DWORKIN SOBRE O DIREITO INTERNACIONAL: EXPOSIÇÃO E CRÍTICA .....	138
CONCLUSÃO .....	146
REFERÊNCIAS .....	148

**PARTE 3****LEGITIMIDADE E DIREITOS HUMANOS****CAPÍTULO 6****O CONCEITO DE LEGITIMIDADE APLICADO  
AO DIREITO INTERNACIONAL E SUAS INSTITUIÇÕES .....** 151

1. INTRODUÇÃO .....	151
2. ESTUDO DA ANÁLISE DE ALLEN BUCHANAN SOBRE A LEGITIMIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL .....	152
3. ESTUDO DA ANÁLISE DE JOHN TASIOULAS SOBRE A LEGITIMIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL .....	162
4. UMA PROPOSTA PARA O ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS DE ANÁLISE DA LEGITIMIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL .....	172
5. CONCLUSÃO .....	174
REFERÊNCIAS .....	177

**CAPÍTULO 7****A NATUREZA DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO  
INTERNACIONAL: CONCEITO E FUNDAMENTOS DE AUTORIDADE .....** 179

1. INTRODUÇÃO .....	179
2. A NATUREZA DOS DIREITOS HUMANOS .....	180
3. O PROBLEMA DA CONCEITUAÇÃO DA NATUREZA DOS DIREITOS HUMANOS .....	184
4. DIREITOS CONTRA O ESTADO: A TEORIA	

DO JURISTA BRASILEIRO ANTÔNIO AUGUSTO .....	198
5. CONCLUSÃO .....	202
REFERÊNCIAS .....	203

#### PARTE 4

### DEMOCRACIA E POBREZA NO DIREITO INTERNACIONAL

#### CAPÍTULO 8

DEMOCRACIA COMO ETHOS NO DIREITO INTERNACIONAL .....	207
1. INTRODUÇÃO .....	207
2. LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA E INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS. ....	208
3. INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS LEGÍTIMAS: UMA PERSPECTIVA NEORREPUBLICANA .....	219
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	227
5. REFERÊNCIAS .....	228

#### CAPÍTULO 9

##### AS ORIGENS DOS DIREITOS DAS MINORIAS

E OS LIMITES DO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS.....	231
1. INTRODUÇÃO .....	231
2. CONCEITOS DE MINORIAS NO DIREITO INTERNACIONAL .....	235
3. A EVOLUÇÃO DO PRINCÍPIO DE AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS EM FOROS INTERNACIONAIS .....	248
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS - O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO COMO UM DIREITO DESTINADO ÀS MINORIAS.....	260
5. REFERÊNCIAS .....	261

#### CAPÍTULO 10

##### FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À POBREZA:

O PAPEL DESEMPENHADO PELO DIREITO INTERNACIONAL .....	265
1. INTRODUÇÃO .....	265
2. O DEVER DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA SOB A PERSPECTIVA DE THOMAS POGGE E DE TOM CAMPBELL.....	270
3. DIREITO INTERNACIONAL E O COMBATE À POBREZA: METAS DO MILÊNIO .....	272

4. OMC E DESENVOLVIMENTO .....	276
5. A ORDEM POLÍTICA E ECONÔMICA NA MODERNIDADE LÍQUIDA: POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS COMO INSTRUMENTO PARA MITIGAÇÃO DA DESIGUALDADE .....	290
6. CONCLUSÃO.....	293
7. REFERÊNCIAS .....	295